Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Construtora Tenda S.A. ("Companhia" ou "Tenda") é uma sociedade anônima, com sede na Rua Alvares Penteado, nº 61, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

As operações da Tenda e sociedades controladas compreendem a execução de obras de construção civil, a incorporação de imóveis, compra e venda de imóveis e a prestação de serviços de administração de construção civil, a intermediação da comercialização de quotas de consórcio e a participação em outras sociedades.

Os empreendimentos de incorporação imobiliária da Companhia com terceiros são estruturados por meio de participação em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"). As sociedades controladas compartilham, de forma significativa, das estruturas e dos correspondentes custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia. As SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e estão vinculadas a empreendimentos específicos.

Em 29 de abril de 2015, dando seguimento ao fato relevante de 7 de fevereiro de 2014, a Companhia divulgou novo fato relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que os trabalhos para a potencial separação das unidades de negócio de Gafisa e Tenda continuam em andamento, visando atingir condições entendidas como suficientes para sua implementação. No entanto, em função do processo de definição da estrutura de capital ainda estar em andamento, e sendo esta definição um passo necessário no processo de separação, o ativo ainda não apresenta as características de disponibilidade para separação imediata em suas condições atuais, e desse modo, ainda não é possível precisar o prazo de conclusão da potencial separação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas

Em 18 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o rearquivamento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "controladora", foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e são divulgados em conjunto com demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações financeiras separadas da controladora. Pelo fato de não haver diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluído os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Especificamente, as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, no que diz respeito ao tratamento do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle das unidades imobiliárias vendidas.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Tenda, de suas controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia. Vide maiores detalhes na Nota 9.

2.1.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1.3. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente emitida em 03 de março de 2016, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8), para refletir as correções efetuadas nos saldos comparativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em decorrência da reclassificação de ações em tesouraria de emissão de sua controladora Gafisa S.A., adquiridas através de Programa de Recompra, que foram classificadas indevidamente no patrimônio líquido ao invés de terem sido consideradas como ativos financeiros disponíveis para venda, estando sujeitas também ao reconhecimento da variação do valor justo no Patrimônio Líquido e na Demonstração do Resultado Abrangente. Adicionalmente, o resultado da venda de tais ativos financeiros destinados à venda foi registrado na demonstração do resultado do exercício de 2014. Segue abaixo sumário dos efeitos:

	Controladora			Consolidado			
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2014	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2014	Ajustes	Saldos reapresentados	
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	313.987	-	313.987	570.138	-	570.138	
Custos operacionais	(217.303)	-	(217.303)	(444.248)	-	(444.248)	
(Despesas) / receitas operacionais	(210.182)	-	(210.182)	(237.073)	-	(237.073)	
Resultado financeiro (i)	4.061	(32.207)	(28.146)	7.332	(32.207)	(24.875)	
Imposto de renda e contribuição social			-	(6.328)	-	(6.328)	
Resultado líquido das operações continuadas	(109.437)	(32.207)	(141.644)	(110.179)	(32.207)	(142.386)	
Acionistas não controladores	-		-	(742)	-	(742)	
Lucro líquido do exercício	(109.437)	(32.207)	(141.644)	(109.437)	(32.207)	(141.644)	
Demonstração do resultado abrangente							
Prejuízo do exercício	(109.43	7) (32.20	07) (141.64	(110.179)	(32.207)	(142.386)	
Ativos financeiros disponiveis para venda - variação líquida no valor justo (i)		- (26.17	"3) (26.17	- (3)	(26.173)	(26.173)	
Ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificação para resultado (i)		- 26.1	73 26.1	73 -	26.173	26.173	
Total de resultados abrangentes do exercíc líquidos de impostos	io, (109.43	7) (32.20	07) (141.64	(110.179)	(32.207)	(142.386)	
Atribuível a: Acionistas controladores Acionistas não controladores	(109.43	7) (32.20	07) (141.64	(109.437) - (742)	(32.207)	(141.644) (742)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.1.3. Reapresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

	Controladora			Consolidado			
Fluxo de caixa	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2014	Ajustes	Saldos reapresentados	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2014	Ajustes	Saldos reapresentados	
Atividades operacionais	390.169	-	390.169	19.334	-	19.334	
Atividades de investimento	(439.785)	39.132	(400.653)	56.352	39.132	95.484	
Atividades de financiamento	(37.238)	(39.132)	(76,370)	(171.603)	(39.132)	(210.735)	
Demonstração do valor adicionado Valor adicionado líquido produzido pela							
entidade (i)	20.111	(32.207)	(12.096)	55.480	(32.207)	23.273	
Valor adicionado recebido em transferência	17.525	-	17.525	39.531	-	39.531	
Valor adicionado total a distribuir (i)	37.636	(32.207)	5.429	95.011	(32.207)	62.804	

(i) Valor referente às ações de tesouraria de emissão de sua controladora Gafisa S.A., adquiridas através de Programa de Recompra durante os exercícios de 2013 e 2014, pelo custo total de R\$94.067 de instrumentos financeiros destinados à venda. Em 2014 as mesmas foram vendidas pelo montante de R\$61.860, apresentando uma perda no resultado de R\$32.207, sendo R\$6.034 referente ao exercício de 2013 e R\$26.173 referente ao exercício de 2014.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

2.2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

(ii) Estimativas e premissas

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, transações com pagamentos baseados em ações, provisão demandas judiciais, valor justo de instrumentos financeiros, mensuração do custo orçado de empreendimentos, impostos diferidos ativos, dentre outros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado anualmente e/ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- 2.2.1. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis</u>--Continuação
 - (ii) Estimativas e premissas--Continuação

b) <u>Transações com pagamentos baseados em</u> ações

A Companhia mensura o custo de transações a ser liquidado com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para transações baseadas em ações com liquidação em dinheiro, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de divulgação até a data de liquidação, reconhecendo no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada período de divulgação. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão.

Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 19.4.

c) Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis (Nota 18). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.1. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis</u>--Continuação

- (ii) Estimativas e premissas--Continuação
 - c) Provisões para demandas judiciais--Continuação

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cíveis, tributárias e trabalhistas.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado ativo, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

e) <u>Custos orçados dos empreendime</u>ntos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o resultado.

f) Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total ou parcial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.2. Reconhecimento de receitas e despesas

- (i) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis
 - (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.
 - (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:
 - O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque (Nota 2.2.7);
 - As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;
 - Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes";
 - Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber a partir da entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis";

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação
 - 2.2.2. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação
 - (i) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis--Continuação
 - Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;
 - Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;
 - As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas.
 - (ii) Prestação de serviços de construção

Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, e estão vinculadas com a atividade de administração de construção para terceiros e consultoria técnica.

(iii) Operações de permuta

A permuta de terrenos tem por objeto o recebimento de terrenos de terceiros para liquidação por meio da entrega de unidades imobiliárias ou o repasse de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. Os terrenos adquiridos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelo seu valor justo, como um componente do estoque, em contrapartida o adiantamento de clientes no passivo. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme consta no item (b) descrito anteriormente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

(i) <u>Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado</u>

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possuía a transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia não adota a prática contábil de Hedge Accounting.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e
 (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

<u>Instrumentos financeiros – apresentação líquida</u>

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou contraparte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos, apurados pelo critério "pro rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados e cauções, os quais são classificados a valor justo por meio de resultado (Nota 4.2).

2.2.5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados

São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos.

As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas.

O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário, conforme mencionado na Nota 2.2.20.

A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes até a entrega das chaves, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber referentes ao período "pós-chaves".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.6. Imóveis a comercializar

A Companhia e suas controladas adquirem terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são demonstrados ao valor justo das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos na Nota 2.2.2 (iii).

Os imóveis são demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor liquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo incorrido compreende os gastos com construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), as despesas de legalização do terreno e empreendimento, os custos com terrenos e os encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção.

A classificação de terrenos entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Administração revisa periodicamente as estimativas de lançamentos dos empreendimentos imobiliários.

2.2.7. Gastos com intermediação das vendas - comissões

Os gastos com corretagem são registrados no resultado na rubrica "Despesas com vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constituem receita ou despesa da Companhia.

2.2.8. Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente são apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

2.2.9. Terrenos destinados à venda

Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade e não do empreendimento preliminarmente destinado. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.10. Investimentos em controladas

Os investimentos nas controladas são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Companhia nas perdas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica passivo a descoberto, uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da controlada (Nota 9).

2.2.11. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (Nota 10).

Os gastos incorridos com a construção dos estandes de vendas, apartamentosmodelo e respectivas mobílias, são incorporados ao ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas. Tais ativos são depreciados após o lançamento do empreendimento pelo prazo médio de um ano.

O valor residual, vida útil e métodos de depreciação foram revisados no encerramento do exercício social, não tendo ocorrido modificações, em relação às informações do exercício social anterior.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("*impairment*"). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

2.2.12. Intangível

(i) Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados linearmente em até cinco anos, e estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.12. Intangível--Continuação

 (ii) Os investimentos da Companhia nas controladas incluem ágio quando o custo de aquisição ultrapassa o valor de mercado dos ativos líquidos da controlada adquirida.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio ("impairment") é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem impairment por desvalorização do valor contábil.

2.2.13. Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes por permuta

As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), líquido do ajuste a valor presente.

As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são demonstradas ao valor justo das unidades a serem entregues.

2.2.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do exercício. A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT) no exercício de 2014, que permitia expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O Imposto de Renda - IR (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido--Continuação

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição.

Conforme facultado pela legislação tributária, a incorporação de alguns empreendimentos estão submetidas ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. Adicionalmente, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo "Regime Especial de Tributação – RET", adotando o "patrimônio de afetação", segundo o qual o imposto de renda e contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando PIS e COFINS sobre as receitas).

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Lei 12.973/14 revogou o RTT à partir de 2015. Tal norma estabelece os ajustes que devem ser efetuados no lucro fiscal e nos registros contábeis para apuração de base de calculo no IRPJ e do CSLL. O fim do RTT era optativo para o ano de 2014 e obrigatórios à partir de 2015.

(ii) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitam a sua utilização total ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido--Continuação

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Sociedades que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um período em anos subsequentes.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante liquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.2.15. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.2.16. Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece aos empregados e administradores, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de remuneração com base em ações ("stock options"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções é estabelecido na data da outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado do exercício (em contrapartida ao patrimônio líquido), à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores.

Em uma transação liquidada, para os títulos patrimoniais em que o plano é modificado, uma despesa mínima é reconhecida e corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total das opções outorgadas, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação. Em caso de cancelamento de um plano de opção de compra de ações, o mesmo é tratado como se tivesse sido outorgado na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.16. Plano de opção de compra de ações--Continuação

Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e o mesmo é designado um plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente.

A Companhia revisa, anualmente, suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

2.2.17. Outros benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), as remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros, os bônus e os pagamentos baseados em opções. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos.

O sistema de bônus opera com metas corporativas individuais, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e finalmente por objetivos individuais.

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria.

2.2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Entidades de incorporação imobiliária, nas vendas a prazo de unidades não concluídas, apresentam recebíveis com atualização monetária, inclusive a parcela das chaves, sem juros, e devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros.

Os encargos financeiros de recursos utilizados na construção dos empreendimentos imobiliários, e os relativos ao financiamento da construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizados. Portanto, a reversão do ajuste a valor presente de uma obrigação vinculada a esses itens é apropriada ao custo dos imóveis vendidos ou estoques de imóveis a comercializar, conforme o caso, até o momento em que a construção do empreendimento estiver concluída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo.

A taxa utilizada de desconto tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário (Notas 5 e 12).

2.2.19. Custos com emissão de títulos e valores mobiliários e debêntures

Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários são contabilizados como item redutor do montante captado pela Companhia e são amortizados de acordo com o prazo de vigência das operações, sendo o saldo líquido classificado como redutor do valor da respectiva transação (Nota 13).

2.2.20. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados aos empreendimentos durante a fase de construção e aos terrenos enquanto as atividades no preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente, desde que existam empréstimos em aberto, os quais são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, incluindo os de captação.

Os encargos não apropriados ao resultado das controladas devem ser apresentados, nas demonstrações financeiras da controladora, em conta de investimentos no ativo não circulante (Nota 9).

2.2.21. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.21. Provisões -- Continuação

(i) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita (Nota 2.2.1 (ii)(c)).

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Provisão para crédito de liquidação duvidosa e distratos

A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos para os clientes que tenham parcelas vencidas conforme premissas definidas pela Companhia. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado (Nota 2.2.2).

(iii) Provisão para pagamento de encargos contratuais por atraso de obra

Conforme disposto em contrato, a Companhia adota a prática de provisionamento de encargos a pagar aos clientes elegíveis para empreendimentos com atraso de entrega superior a 180 dias, conforme respectiva cláusula contratual e base histórica de pagamentos.

(iv) Provisão para garantia

A Companhia e suas controladas mantêm provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados. O prazo de garantia oferecido é de cinco anos a partir da entrega do empreendimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.21. Provisões--Continuação

(v) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, por meio da comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia.

2.2.22. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

No regime de incidência não cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, para as empresas no regime de tributação do lucro real, calculadas sobre a receita operacional bruta e com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Para as empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta, sem descontos de créditos em relação a custos e despesas incorridas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2.23. Juros sobre o capital próprio e dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido pelo montante bruto.

2.2.24. Lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) disponível (alocado) aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em aberto durante o período.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.2.25. Demonstração do resultado abrangente

Para atender às disposições societárias (CPC 26 (R1)), a Companhia apresentou a demonstração do resultado abrangente em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o calculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

Essa norma traz novos requisitos para a mensuração e o reconhecimento de receita em ambos IRFS e U.S.GAAP. O IFRS15 – Receita de Contratos com Clientes, exige de uma entidade o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando esta for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

• IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06(R1) — Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos de arrendamento e um "direito de uso de uma ativo" para praticamento todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamento o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como operacionais ou financeiros, e a contabilização destes dois tipos de contratos de forma diferente. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
6.248	42.132	21.591	52.114
-	5.146	62	9.501
6.248	47.278	21.653	61.615
	2015 6.248	2015 2014 6.248 42.132 - 5.146	2015 2014 2015 6.248 42.132 21.591 - 5.146 62

(a) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP

Em 31 de dezembro de 2015, as operações compromissadas incluem juros auferidos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 70% a 101% do CDI em 2014). Os investimentos são realizados junto a instituições financeiras avaliadas pela Administração como sendo de primeira linha.

4.2. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consoli	dado
	2015	2014	2015	2014
Fundos de renda fixa (a)	56.665	111.713	56.665	132.744
Títulos de governo (LFT) (a)	5.913	26.619	5.913	31.629
Títulos do governo (El 1) (a) Títulos privados (a)	30.403	20.019	30.403	31.029
Operações compromissadas (a)	10.547	123.858	10.547	147.048
Certificado de depósitos bancários (a) e (b)	35.050	123.636	36.166	51.274
Aplicações financeiras caucionadas (c)	11.118	5.211	11.118	5.211
Aplicações financeiras restritas (d)	11.073	26.639	61.809	65.051
Total títulos e valores mobiliários (Nota 22.b.i)	160.769	305.664	212.621	432.957

- (a) Estrutura de Fundos de Investimentos exclusivos a cotistas da Gafisa S.A., com objetivo de rentabilizar os recursos acima de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os fundos possuem mandatos de riscos que são acompanhados periodicamente e respeitam as políticas internas de investimentos vigente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2015, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) incluem juros auferidos variando de 90% a 107% (75% até 107% em 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os CDBs têm rendimento médio superior ao rendimento das compromissadas, porém a Companhia efetua operações de curto prazo (inferior a 20 dias úteis) por meio de operações compromissadas levando em consideração a isenção de IOF, o que não ocorre no caso dos CDBs.
- (c) As aplicações financeiras caucionadas são realizadas por meio de fundo de renda fixa, com valorização de suas cotas através de aplicação dos recursos exclusivamente em títulos públicos federais, indexados a taxas pré-fixadas, ou índices de preços e são caucionados como parte da garantia de emissões da Companhia. Estes valores são liberados periodicamente quando apurado excedente de garantia na emissão e/ou conforme definição da escritura. Maiores informações são apresentadas nas notas 13.
- (d) Aplicações financeiras restritas são representadas por repasses de créditos associativos que estão em processo de liberação na Caixa Econômica Federal. Estas liberações ocorrem conforme a regularização dos contratos firmados com clientes junto à instituição financeira, cuja expectativa de liberação da Companhia é de até 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados

	Controladora		Consolida	ado
	2015	2014	2015	2014
Clientes de incorporação e venda de imóveis (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos (-) Ajuste a valor presente Outros valores a receber	185.780 (59.497) (34) 18.085	228.354 (68.743) (35) 12.535	548.984 (88.165) (653) 19.249	429.992 (104.277) (171) 15.009
	144.334	172.111	479.415	340.553
Circulante Não circulante	119.184 25.150	152.659 19.452	438.226 41.189	314.453 26.100

As parcelas do circulante e não circulante têm vencimento nos seguintes exercícios sociais:

	Controla	dora	Consolidado		
Vencimento	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Vencidos					
Até 90 dias	1.024	45.768	32.555	130.140	
De 91 a 180 dias	8.560	15.705	19.101	28.072	
Acima de 180 dias	129.125	142,262	195.867	200.971	
Subtotal - Vencidas	138.709	203.735	247.523	359.183	
A vencer					
2015	0	22.391	0	65.637	
2016	43.968	4.677	240.371	7.787	
2017	7.280	2.190	49.814	3.733	
2018	3.728	1.681	11.435	2.212	
2019 em diante	10.180	6.215	19.090	6.449	
Subtotal – A vencer	65.156	37.154	320.710	85.818	
(-) Ajuste a valor presente	(34)	(35)	(653)	(171)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos	(59.497)	(68.743)	(88.165)	(104.277)	
•	144.334	172.111	479.415	340.553	

O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras. Seu registro é limitado à parcela da receita, reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas, conforme prática contábil mencionada na Nota 2.2.2(i)(b).

Os saldos de adiantamentos de clientes (incorporação e serviços), superiores ao montante de receita reconhecida no exercício, montam R\$3.506 em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.323 em 31 de dezembro de 2014), na controladora e, R\$11.374, em 31 de dezembro de 2015 (R\$6.670 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, no consolidado, e encontram-se classificado em "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes" (Nota 15).

O saldo de contas a receber de unidades concluídas, financiado pela Companhia, em parte, é atualizado por juros de 12% ao ano mais variação do IGP-M, sendo a receita apurada registrada no resultado na rubrica "Receita de incorporação "; os montantes de juros reconhecidos nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 totalizaram reversão de R\$246 e provisão de R\$7.480.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída e distratos, é considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face à estimativa com perdas futuras na realização do saldo de contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados--Continuação

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a movimentação nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos está sumarizada a seguir:

_	Controladora			Consolidado				
_	Contas a Receber	Imóveis a comercializar (Nota 6)	Saldo líquido	Contas a Receber	Imóveis a comercializar (Nota 6)	Saldo líquido		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(97.137)	58.716	(38.421)	(172.332)	107.172	(65.160)		
Adições e Reversões	28.394	(26.938)	1.456	68.055	(54.863)	13.192		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(68.743)	31.778	(36.965)	(104.277)	52.309	(51.968)		
Adições e Reversões	9.246	(16.985)	(7.739)	16.112	(30.545)	(14.433)		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(59.497)	14.793	(44.704)	(88.165)	21.764	(66.401)		

O valor total do ajuste a valor presente reconhecido nas receitas de incorporação imobiliária do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$1 na controladora e reversão de R\$482 no consolidado.

As contas a receber de imóveis não concluídos foram mensuradas a valor presente. A taxa de desconto praticada pela Companhia e suas controladas foi de 2,95% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (3,27% em 31 de dezembro de 2014), líquida do INCC.

6. Imóveis a comercializar

	Controladora		Consolida	ido
=	2015	2014	2015	2014
Terrenos Imóveis em construção	68.629 68.777	78.081 92.372	470.746 146.851	395.795 202.103
Custo de imóveis no reconhecimento da provisão para distratos - Nota 5 Unidades concluídas	14.793 45.371	31.778 57.871	21.764 103.886	52.309 132.050
 (-) Ajuste a valor presente (-) Provisão para impairment não realização de imóveis a comercializar 	(492) (2.590)	(4.549)	(6.189) (3.054)	(4.549)
-	194.488	255.553	734.004	777.708
Circulante Não circulante	155.443 39.045	207.191 48.362	490.484 243.520	551.213 226.495

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 , a movimentação da provisão para não realização de imóveis a comercializar está sumarizada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(7.978)	(7.978)
Baixas	3.429	3.429
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4.549)	(4.549)
Adições	(1.236)	(1.236)
Baixas	760	2.731
Transferência para SPE	2.435	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.590)	(3.054)

A Companhia possui compromissos de construção de unidades permutadas, relativas à aquisição de terrenos, contabilizados com base no valor justo das unidades permutadas na data da aquisição. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo liquido de terrenos adquiridos por intermédio de permuta totaliza R\$ 3.218 (R\$4.141 em 2014) na controladora, e R\$ 44.496 (R\$41.050 em 2014) no consolidado (Nota15).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imóveis a comercializar--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, Companhia possui terrenos registrados no ativo que servem como garantias de contratos de empréstimos e financiamentos que totaliza R\$ 11.890 na controladoria e no consolidado.

Conforme mencionado na Nota 12, o saldo de encargos financeiros capitalizados em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$23.522 (R\$22.390 em 2014) na controladora, e R\$54.902 (R\$49.175 em 2014) no consolidado.

7. Partes relacionadas

7.1 Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas, ativos e passivos são de:

	Controlad	ora	Consolidad	do
_	2015	2014	2015	2014
Adina				
Ativo Partes relacionadas Conta corrente (a)	257.996	172.790	53.589	60.230
Mútuo à receber (b)	38.857	38.198	30.374	39.009
Dividendos a receber (c)	13.152	6.705	30.374	10.067
Total do ativo	310.005	217.693	83.963	109.306
Circulante	271.148	179.495	53.933	70.637
Não circulante	38.857	38.198	30.030	38.669
	Controlad	ora	Consolidado	
_	2015	2014	2015	2014
Passivo				
Partes relacionadas Conta corrente (d)	914.956	2.312.735	32.640	105.678
Mútuo a pagar (b)	41.002	-	41.002	-
Conta corrente SOP (e)	14.965	14.965	14.965	14.965
_	970.923	2.327.700	88.607	120.643
		0.040.705		405.070
Circulante	914.956	2.312.735	32.640	105.678
Não circulante	55.967	14.965	55.967	14.965

- (a) A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na empresa líder do empreendimento, que gerencia o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam efetuadas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nesses saldos, com observação do respectivo percentual de participação de cada investidor, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros de cada investidor e não possuem vencimento predeterminado. Tais operações visam simplificar as relações comerciais que demandem administração conjunta de valores reciprocamente devidos pelas partes envolvidas e, consequentemente, o controle de movimento de valores reciprocamente concedidos, que se compensam no momento de encerramento da conta corrente. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos, nos quais se encontram aplicados es recursos é de 18 a 24 mases:
- os recursos, é de 18 a 24 meses;

 (b) Os mútuos da Companhia com suas controladas, demonstrados abaixo, ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros ali descritos contratualmente. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. A composição, a natureza e as condições dos saldos de mútuos a receber e a pagar da Companhia são demonstradas a seguir;
- envolvidas no negócio. A composição, a natureza e as condições dos saldos de mútuos a receber e a pagar da Companhia são demonstradas a seguir;

 Conforme determina o Estatuto Social foi constituído dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro liquido ajustado, para as empresas FGM INCORPORAÇÃOES S.A e TENDA NEGOCIOS IMOB., no valor de R\$ 13.152 em 31 de dezembro de 2015 (R\$6.705 em 2014), eliminado para efeito das demonstrações consolidadas.
- (d) Montante referente a recursos transferidos entre as empresas do grupo, os quais serão baixados através de redução de capital e distribuição de dividendos das SPEs. A Companhia mantém política de capitalização dos adiantamentos a futuro aumento de capital das SPEs de forma tempestiva, com periodicidade de capitalização de pelo menos uma vez ao ano:
- com periodicidade de capitalização de pelo menos uma vez ao ano;

 (e) Em função da incorporação, por Gafisa, da totalidade das ações de emissão em circulação de Tenda, houve a transferência dos programas de opção de compra de ações emitidos pela Tenda para a controladora Gafisa, responsável pela emissão de ações. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de R\$14.965 referente à outorga de opções de Gafisa está reconhecido na rubrica "Partes relacionadas" da Tenda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas -- Continuação

7.1 Saldos com partes relacionadas--Continuação

Composição e saldo de mútuos a receber e a pagar da Companhia:

	Controladora		Consolidado			
=	2015	2014	2015	2014	Natureza	Taxa de juros
Atua Construtora e Incorporadora S.A. (a)	12.168	12.168	12.168	12.168	Construção	112% de 113,5% do CDI
Blue 02 Empreendimentos Imobiliários (b)	-	2.471	-	2.471	Construção	12% a.a. + IGPM
Fit Jardim Botanico SPE Empr. Imob. Ltda. (c)	-	10.164	-	10.164	Construção	100% de CDI
Fit 09 SPE Empr. Imob. Ltda. (d)	9.332	8.422	-	8.422	Construção	120% a 126,5% a.a. + CDI
Fit 19 SPE Empr. Imob. Ltda. (d)	14.097	4.037	14.097	4.037	Construção	100% de CDI
Acedio SPE Empr. Imob. Ltda. (d)	3.260	936	3.260	936	Construção	100% de CDI
Outros	-	-	849	811	Construção	
Mútuos a receber	38.857	38.198	30.374	39.009		

Montante referente a mútuo da companhia com a empresa Atua Construtora e Incorporadora S.A que esta sendo discutido por meio de arbitragem, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"). O montante está atualizado até dezembro de 2014 com encargos financeiros pactuados nos termos dos contratos.

- Mutuo quitado em 05 de fevereiro de 2015 através da aquisição de 20% da SPE AC Participações.

 Mútuo quitado através de encontro de conta corrente com partes relacionadas, sendo provisionado os juros a pagar e o IOF que estão sendo discutido em
- Valores a receber entre as SPEs que estão atualizados até agosto de 2014 (data do último pedido em arbitragem) com encargos financeiros pactuados nos termos dos contratos. Esses valores estão sendo discutido por meio de arbitragem, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"). Sendo o mútuo com a empresa Fit 09 SPE Empr. Imob. Ltda. eliminado para efeito das demonstrações financeiras consolidadas.

	Controlado	ra	Consolidado			
	2015	2014	2015	2014	Natureza	Taxa de juros
Parque dos Pássaros (e)	2.725	_	2.725	_	Construção	6% a.a.
Fit 11 SPE Empr.Imob. Ltda. (e)	5.910	-	5.910	-	Construção	6% a.a.
Fit 31 SPE Empr.Imob. Ltda (e)	1.298	-	1.298	-	Construção	6% a.a.
Fit 34 SPE Empr.Imob. Ltda (e)	21.925	-	21.925	-	Construção	6% a.a.
Fit 03 SPE Empr.Imob.Ltda (e)	7.912	-	7.912	-	Construção	6% a.a.
Araçagy (Franere Gafisa 08)(e)	1.232	-	1.232	-	Construção	6% a.a.
Mútuos a pagar	41.002	-	41.002	-		

Mútuos com empresas controladas que incidirá a atualização monetária de 6% a.a. mais IOF que recai sobre a operação, até a sua devida quitação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registradas receitas financeiras referentes aos juros sobre mútuos no montante de R\$15.457 na controladora e R\$7.337 no consolidado (R\$3.498 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e no consolidado (Nota 25).

As informações referentes a transações e remuneração com a Administração estão descritas na Nota 26.

7.2 Avais, garantias e fianças

As operações financeiras das subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico da Companhia são avalizadas ou afiançadas na proporção da participação da Companhia no capital social de tais sociedades, à exceção de determinados casos específicos em que a Companhia concede garantia em favor de seus parceiros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia concedeu garantias a parceiros no montante de R\$ 412.875 (R\$89.082 em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo não circulante mantido para venda

8.1 Terrenos destinados à venda

A Companhia, em linha com o seu direcionamento estratégico implementado, optou por colocar à venda terrenos não considerados no plano de negócios aprovado para o ano de 2016. Da mesma forma definiu um plano específico para a venda dos referidos terrenos. O valor contábil dos referidos terrenos, ajustados ao valor de mercado quando aplicável, após teste de "impairment", é distribuído, conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013
Adições
Transferência de imóveis a comercializar
Transferência para imóveis a comercializar
Reversão / baixas
Saldo em 31 de dezembro de 2014
Adições
Transferência de imóveis a comercializar
Transferência para imóveis a comercializar
Transferência para SPE
Reversão / baixas
Saldo em 31 de dezembro de 2015

	Controladora			Consolidado	
Custo	Provisão para "impairment"	Saldo líquido	Custo	Provisão para "impairment"	Saldo líquido
119.925	(41.256)	78.669	157.111	(49.329)	107.782
4.730	(5.629)	(899)	5.367	(6.053)	(686)
29.489	(160)	29.329	46.038	(160)	45.878
(9.227)	1.845	(7.382)	(9.227)	1.845	(7.382)
(50.373)	23.237	(27.136)	(70.480)	29.377	(41.103)
94.544	(21.963)	72.581	128.809	(24.320)	104.489
7.744	(17.360)	(9.616)	9.735	(17.445)	(7.710)
29.166	` -	29.166	31.937	(590)	31.347
(27.353)	2.520	(24.833)	(32.554)	2.520	(30.034)
`	-	· -	· · · · ·	1.452	1.452
(9.459)	11.432	1.973	(9.711)	11.657	1.946
94.642	(25.371)	69.271	128.216	(26.726)	101.490

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos em participações societárias

Participações societárias

								_		Contro	oladora			Conso	lidado	
	Participa	ção - %	Total do ativo	Total do passivo		quido e adto. para ento de capital	Lucro (pre exerc		Investir	mentos	Equivalência	patrimonial	Investim	entos	Equivalência	patrimonial
Investidas diretas	2015	2014	2015	2015	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
TENDA NEGOCIOS IMOB	100%	100%	984.778	581.853	402.926	1.134.280	21.792	(5.857)	402.926	1.134.280	21.792	(5.857)		_		_
COTIA1 - EMP. IMOB.	100%	100%	157.620	455	157.165	156.797	78	(1.228)	157.165	156.797	78	(1.228)	-	-	-	
FIT SPE 05 EMP, IMOB	100%	100%	97.594	152	97,442	96.738	584	(335)	97,442	96.738	584	(335)	-	-	-	
FGM INCORPORAÇÕES S.A.	100%	100%	53.570	1.091	52,479	52.828	183	92	52,479	52.828	183	92	-	-	-	
JARDIM SÃO LUIZ	100%	100%	52,550	3.252	49.298	7.465	41.244		49.298	7.465	41.244		-	-	-	
FIT 07 SPE EMP, IMOB	100%	100%	43.859	204	43.655	43.781	(133)	(230)	43.655	43,781	(133)	(230)	-	-	-	
FIT SPE 01 EMP.IMOB	100%	100%	38.755	282	38,473	37.616	102	(43)	38,473	37.616	102	(43)	-	-	-	
FIT SPE 12 EMP.IMOB	100%	100%	34.944	281	34.663	160.747	733	(1.434)	34.663	160.747	733	(1.434)	-	-	-	
FIT 24 SPE EMP. IMOB	100%	100%	31.986	169	31.817	31.838	(23)	130	31.817	31.838	(23)	130		-	-	_
FIT 16 SPE EMP. IMOB	100%	100%	39.926	10.277	29.649	119.026	552	(8.314)	29.649	119.026	552	(8.314)		-	-	_
SPE FRANERE GAFISA 08	50%	50%	54.804	6.973	47.831	37.618	18.180	(25.394)	23.916	18.809	9.090	(12.697)	23.916	18.809	9.090	(12.697)
SPE TENDA SP OSASCO	100%	100%	27.376	8	27.368	27.840	(483)	699	27.368	27.840	(483)	699		-		(
FIT 40 SPE EMP, IMOB	100%	100%	24.220	177	24.043	46.676	4.187	20.007	24.043	46.676	4.187	20.007		-	-	_
FIT 34 SPE EMP. IMOB	70%	70%	34.323	689	33.634	31.746	2.131	1.597	23.544	22.222	1.492	1.118	23.544	22.222	1.492	1.118
TENDA SP JARDIM SÃO LUIZ	100%	100%	23.882	713	23.169	23.714	(617)	278	23.169	23.714	(617)	278		-		-
FIT SPE 11 EMP. IMOB	70%	70%	35.697	3.635	32.062	29.604	253	(2.643)	22,443	20.723	177	(1.851)	22.443	20.723	177	(1.851)
GUAIANAZES LIFE EMP.	100%	100%	22.137	397	21,740	22.009	(270)	129	21,740	22.009	(270)	129			-	,
AC PARTICIPAÇÕES	100%	100%	21.322	634	20.688	20.419	(116)	(3,906)	20.688	20.419	(116)	(3.906)		-	-	_
SPE TENDA SP VILA PA	100%	100%	19.940	49	19.891	19.477	11	(828)	19.891	19.477	11	(828)		-	-	_
FIT 32 SPE EMP, IMOB	100%	100%	20.781	1.671	19.110	75.574	3.906	1.306	19.110	75.574	3.906	1.306		-	-	_
CONSOLIDADO FIT 13 SPE	50%	50%	36.960	2.473	34.487	31.476	3.010	99	17.244	15.738	1.505	50	17.840	-	(534)	_
PARQUE DOS PÁSSAROS	50%	50%	25.239	2.773	22,466	37.291	(3.997)	2.595	11.233	18.646	(1.998)	1.305	11.233	18,646	(1.998)	1.305
SPE TENDA SP ITAQUERA	100%	100%	15.052	100	14.952	14.720	174	(154)	14.952	14.720	174	(154)		-	(,	-
ASPLENIUM SUGAYA	100%	0%	18.540	3.839	14.701		11.045	(101)	14.701		11.045	(.0.)		_	-	_
MARIA INES SPE EMP.	60%	60%	21.291	241	21.050	20.914	137	55	12.630	12,548	82	33	12.630	12.548	82	33
FIT 39 SPE EMP, IMOB	100%	100%	11.502	(945)	12.447	61.400	(72)	642	12.447	61.400	(72)	642				
FIT SPE 04 EMP.IMOB.	100%	100%	11.575	(,	11.575	11.578	(3)	(2)	11.575	11.578	(3)	(2)		-	-	_
FIT 31 SPE EMP. IMOB	70%	70%	17.622	1.167	16.455	11.759	(2.529)	(3.047)	11.518	8.231	(1.771)	(2.133)	11.518	8.231	(1.771)	(2.133)
CITTÁ VILLE	50%	50%	23.454	1.259	22.195	21.124	1.071	(1.368)	11.098	10.562	536	(684)			(,	(=::==)
FIT 42 SPE EMP. IMOB	100%	100%	10.636	110	10.526	41.749	(360)	384	10.526	41.749	(360)	384		_	-	_
FIT 22 SPE EMP, IMOB	100%	100%	10.522	19	10.503	10.519	(16)	296	10.503	10.519	(16)	296		-	-	_
FIT 37 SPE EMP, IMOB	100%	100%	9.474	156	9.318	33.604	834	339	9.318	33.604	834	339	-	-	-	-
TENDA 25 SPE	70%	70%	15.113	1.816	13.297	12.389	(1.032)	(180)	9.308	8.672	(722)	(126)	-	-	-	-
FIT SPE 03 EMP.IMOB.	80%	80%	11.640	236	11,404	10.807	597	764	9.123	8.646	`476	611	9.123	8.646	476	611
CIPESA PROJETO 02	50%	50%	19.055	825	18.230	17.856	374	(217)	9.115	8.928	187	(109)		-	-	
CITTÁ ITAPOAN	50%	50%	19.213	1.198	18.015	12,431	8.463	(1.311)	9.007	6.215	4.231	(669)	9.007	6.215	4.231	(669)
FIT SPE 10 EMP, IMOB	100%	100%	11.010	2,407	8.603	70.123	1.356	(634)	8.603	70.123	1.356	(634)			-	-
FIT SPE 06 EMP, IMOB	100%	100%	7.303	231	7.072	7.135	(83)	í	7.072	7.135	(83)	í í	-	-	-	-
TENDA SPE-19 EMP, IMOB.	100%	100%	6.434	211	6.223	6.254	(66)	55	6.223	6.254	(66)	55		-	-	-
FIT 35 SPE EMP. IMOB	100%	100%	6.122	(30)	6.152	84.309	232	(539)	6.152	84.309	232	(539)		-	-	-
FIT SPE 02 EMP. IMOB	60%	60%	9.932	50	9.882	11.942	(2.060)	184	5.929	7.165	(1.236)	111	5.929	7.165	(1.236)	111
CITTA LAURO DE FREITAS	50%	50%	12.424	663	11.761	11.703	(2)	(810)	5.880	5.852	(1)	(405)	5.880	5.852	(1)	(405)
FIT JARDIM BOTANICO	55%	55%	9.999	(100)	10.099	38.559	(5.639)	(822)	5.554	21,207	(3.101)	(452)	5.554	21.207	(3.101)	(452)
FIT 38 SPE EMP. IMOB	100%	100%	4.967	(73)	5.040	37.070	(1.149)	(237)	5.040	37.070	(1.149)	(237)	-		(3.10.)	(102)
Ajuste OCPC01 - juros	10070	. 20 70		(,	0.0.0	2	()	. ,				. ,				
capitalizados (a)			-	-	-	=	-	-	11.134	13.011	(1.874)	(3.688)	-	-	-	-
Outros (*)			38.106	10.503	27.603	195.119	(4.281)	(12.364)	22.938	180.172	(3.317)	(13.278)	4.732	29.168	(1.102)	(4.113)
Total de Investimentos			2.203.249	642.091	1.561.159	2.987.624	98.298	(42,245)	1432,302	2.842.633	87.378	(32.247)	163.349	179.432	5.805	(19.142)
rotar de investimentos			2.203.249	042.091	1.301.139	2.901.024	90.298	(42.245)	1432.302	2.042.033	67.378	(32.247)	103.349	179.432	5.805	(19.142)

(*)Incluem empresas com saldo de investimentos inferiores a R\$ 5.000,00
(a) Encargos financeiros da controladora não apropriados ao resultado das controladas, conforme paragrafo 6 do OCPC01.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos em controladas--Continuação

(ii) Participações societárias - passivo a descoberto

								_		Contro	oladora			Conso	lidado	
	Participa	ação - %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio I	líquido e AFAC	Lucro (preju exercíc		Investime	entos	Equivalência	patrimonial	Investime	ntos	Equivalência	patrimonial
Investidas diretas	2015	2014	2015	2015	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Provisão para passivo a descoberto: Outros (*)			12.349	24.037	(11.687)	(231)	(12.958)	(7)	(11.689)	(233)	(12.958)	-	(5.394)	-	(4.054)	<u>-</u> _
Total provisão para passivo descoberto		•	12.349	24.037	(11.687)	(231)	(12.958)	(7)	(11.689)	(233)	(12.958)		(5.394)	-	(4.054)	-
Total equivalência patrimonial											74.420	(32.247)			1.751	(19.142)

(iii) Movimentação dos investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.383.234	225.702
Equivalência patrimonial	(32.247)	(19.142)
Dividendos	383	(12.286)
Adiantamento para futuro aumento de capital	418.448	(9.122)
Integralização de capital	73.301	11.337
Aquisição / venda de participação	(279)	(12.565)
Outros	(207)	(4.492)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.842.633	179.432
Equivalência patrimonial	74.420	1.751
Dividendos	(22.706)	(9.554)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.580	(13.674)
Integralização de capital	-	·
Redução de capital (a)	(1.478.112)	-
Aquisição / venda de participação	(11.971)	-
Provisão de passivo descoberto	11.458	5.394
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.432.302	163.349

⁽a) Referida Redução do Capital Social da Sociedade deliberada em Ata de Reunião de Sócios realizada em 24 de junho de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

		Controladora					Consolidado				
Descrição	2014	Adições	Baixas	(-) 100% depreciados	2015	2014	Adições	Baixas	(-) 100% depreciados	2015	
Custo											
Hardware	10.063	5.050	-	(1.531)	13.582	10.063	5.050	-	(1.531)	13.582	
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	15.467	833		(8.280)	8.020	15.467	833	-	(8.280)	8.020	
Móveis e utensílios	4.194	56		- (3)	4.247	4.262	56	-	(3)	4.315	
Máguinas e equipamentos	1.381	22		· (3)	1.400	1.381	22	-	(3)	1.400	
Formas	10.035	3.032			13.067	10.035	3.032	-	-	13.067	
Estande de vendas	1.169	314			1.483	2.011	314	(726)	-	1.599	
	42.309	9.307		(9.817)	41.799	43.219	9.307	(726)	(9.817)	41.983	
Depreciação acumulada											
Hardware	(5.065)	(2.352)		1.531	(5.886)	(5.064)	(2.353)	-	1.531	(5.886)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	(8.360)	(3.295)		8.280	(3.375)	(8.054)	(3.295)	_	8.280	(3.069)	
Móveis e utensílios	(2.500)	(429)			(2.926)	(2.519)	(436)	_	3	(2.952)	
Máquinas e equipamentos	(419)	(138)		. 3	(554)	(418)	(139)	_	3	(554)	
Formas	(609)	(2.465)			(3.074)	(915)	(2.464)	_	-	(3.379)	
Estande de vendas	(705)	(693)			(1.398)	(1.441)	(799)	726	_	(1.514)	
25.4.1.00 00 15.1.04.0	(17.658)	(9.372)	-	9.817	(17.213)	(18.411)	(9.486)	726	9.817	(17.354)	
	24.651	(65)			24.586	24.808	(179)	-	-	24.629	

As seguintes vidas úteis e taxas percentuais são utilizadas para cálculo da depreciação:

		Taxa anual de
	Vida útil	depreciação - %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos	25
Móveis e utensílios	10 anos	10
Hardware	5 anos	20
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Estande de vendas	1 ano	100
Fôrmas	5 anos	20
Veículos	5 anos	20

11. Intangível

		Controladora/Consolidado								
	2014				2015					
	Saldo	Adições	Baixas/ amortizações	Itens 100% amortizados	Saldo					
Software - Custo	24.896	13.706	_	(3.828)	34.774					
Software – Amortização	(15.880)	(5.863)	-	3.828	(17.915)					
Outros	3.607	-	(1.979)	-	1.628					
	12.623	7.843	(1.979)	-	18.487					

Referem-se aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software, amortizado no prazo de cinco anos (20% ao ano).

A Companhia pratica, para os ativos intangíveis com vida definida, amortização ao longo de sua vida útil econômica, os quais são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

			Controladora Cons		Consolida	idado		
Tipo de operação	Vencimento	Taxa de juros ao ano	2015	2014	2015	2014		
Sistema Financeiro de Habitação – SFH (i) Cédula de Crédito Bancário – CCB (ii)	Junho/2016 a Agosto/2020 Junho/2019	TR + 8,3% a.a. até 9,92% a.a. Variação INCC-DI	10.982	31.702	39.893 6.560	48.933		
Could do Croano Barroano GOB (ii)	04.11.0/2010		10.982	31.702	46.453	48.933		
Circulante			3.978	8.457	8.899	19.207		
Não circulante			7.004	23.245	37.554	29.726		

- Os financiamentos SFH são contratados para a cobertura dos custos relacionados ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas e contam com garantia de alienação de terrenos (Nota 6) e avais (7.2).

 Em 30 de setembro de 2015, a Companhia contratou Cédula de Crédito Bancário (CCB) com garantia de alienação de terrenos (Nota 6).

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos:

	Controlado	ora	Consolidado		
Vencimento	2015	2014	2015	2014	
2015	-	8.457	-	19.207	
2016	3.978	9.982	8.899	14.697	
2017	3.647	8.465	14.791	9.682	
2018	2.035	4.798	13.708	5.347	
2019 em diante	1.322	-	9.055	-	
	10.982	31.702	46.453	48.933	

O financiamento dos empreendimentos - SFH corresponde à linha de financiamento junto às instituições financeiras para captação de recursos necessários ao desenvolvimento de empreendimentos da Companhia e Controladas.

As despesa financeiras de empréstimos, financiamentos e debêntures são capitalizadas ao custo de cada empreendimento, de acordo com a utilização dos recursos, e apropriadas ao resultado de acordo com o critério adotado para o reconhecimento de receitas, ou são alocadas ao resultado se os recursos não forem utilizados, conforme demonstrado a seguir. A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegível à capitalização foi de 8,30% a 9,92% em 31 de dezembro de 2015 (8.30% a 10,00% em 31 de dezembro de 2014)

A tabela abaixo apresenta resumo das despesas e encargos financeiros e a parcela capitalizada na rubrica imóveis a comercializar.

	Controladora		Consolida	ado
	2015	2014	2015	2014
Total dos encargos financeiros no exercício Encargos financeiros capitalizados	33.238 (6.247)	34.189 3.924	47.501 (20.510)	50.249 (12.136)
Despesas financeiras (Nota 25)	26.991	38.113	26.991	38.113
Encargos financeiros incluídos na rubrica "Imóveis a comercializar":				
Saldo inicial Encargos financeiros capitalizados Encargos apropriados ao resultado (Nota 24)	22.390 6.247 (5.115)	38.295 (3.924) (11.981)	49.176 20.510 (14.784)	64.237 12.136 (27.198)
Saldo final	23.522	22.390	54.902	49.175

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

				Controladora/Co	nsolidado
Programa/emissões	Principal - R\$	Remuneração anual	Vencimento final	2015	2014
Primeira emissão	200.000	TR + 9,02%	Outubro de 2016	201.877 201.877	389.617 389.617
Parcela circulante Parcela não circulante				201.877	189.617 200.000

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos.

	Controladora/Consolidado		
Vencimento	2015	2014	
2015	-	189.617	
2016	201.877	200.000	
_	201.877	389.617	

Conforme mencionado na Nota 4.2, o saldo de aplicações financeiras em aplicações financeiras caucionadas no montante de R\$11.118 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.211 em 31 de dezembro de 2014) encontra-se caucionado para cobertura de índice de cláusulas restritivas das debêntures.

As debêntures emitidas pela Companhia são simples, não conversíveis em ações, em lote único e indivisível, em série única, com garantia flutuante acumulada com garantia adicional no montante de R\$600.000, com vencimentos semestrais

As debêntures são garantidas por (I) recebíveis oriundos de empreendimentos financiados, (II) alienação fiduciária de quotas de fundo TNI e (III) cessão fiduciária de contas bancárias.

No exercício de 2015, a Companhia efetuou o pagamento ao(s) debenturista(s) da 1ª emissão no montante total de R\$220.415, sendo R\$180.000 referente ao Valor Nominal da Emissão e R\$40.415 a remuneração devida da emissão.

Os recursos obtidos por meio da emissão estão sendo utilizados exclusivamente no financiamento de empreendimentos imobiliários, com foco exclusivo em segmento popular e que atendam aos critérios de elegibilidade.

A Companhia possui cláusulas restritivas que restrigem a habilidade na tomada de determinadas ações, como a emissão de dívida e poder de requerer o vencimento antecipado ou refinanciamento de empréstimos se a companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures--Continuação

Os índices requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão apresentados a seguir:

	2015	2014
Primeira emissão – Tenda O Índice de Dívida, calculado pelo total de contas a receber mais estoques, dividido pela dívida líquida menos dívida com garantia real, deve ser > 2 ou < 0, sendo TR(1) + TE(2) sempre > 0	(6,79)	(2,75)
O índice de Alavancagem Máxima, calculado pela divisão da dívida total menos divida com garantia real pelo patrimônio líquido não deve exceder a 50% do patrimônio líquido.	(21,47%)	(46,72%)
Total de recebíveis mais receita a apropriar mais total de estoques concluídos deve ser maior que 1,5 vezes a dívida líquida mais imóveis a pagar mais custo a apropriar, ou menor que zero	2,47 vezes	2,88 vezes
1) —		

⁽¹⁾ Total de recebíveis.
(2) Total de estoques.

14. Obrigações trabalhistas e tributárias

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
5.729	25.852	19.865	29.706
757	1.195	944	7.722
12.398	1.730	19.533	8.085
18.884	28.777	40.342	45.513
5.449	3.937	8.588	6.518
6.365	5.907	8.730	6.936
4.235	12.855	14.946	12.284
16.049	22.699	32.264	25.738
34.933	51.476	72.606	71.251
	2015 5.729 757 12.398 18.884 5.449 6.365 4.235 16.049	2015 2014 5.729 25.852 757 1.195 12.398 1.730 18.884 28.777 5.449 3.937 6.365 5.907 4.235 12.855 16.049 22.699	2015 2014 2015 5.729 25.852 19.865 757 1.195 944 12.398 1.730 19.533 18.884 28.777 40.342 5.449 3.937 8.588 6.365 5.907 8.730 4.235 12.855 14.946 16.049 22.699 32.264

⁽a) A Companhia mantém um programa de remuneração variável que proporciona aos seus empregados e administradores, e aos de suas subsidiárias, o direito de participar nos lucros e resultados da Companhia. Este programa esta vinculado ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos, acordados e aprovados pelo Conselho de Administração no início de cada ano.

15. Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de cliente

	Controladora		Consolidado)
	2015	2014	2015	2014
Obrigações por compra de imóveis Adiantamentos de clientes :	15.036	35.479	184.765	183.966
Incorporações e serviços (Nota 5) Permuta física - Terrenos (Nota 6)	3.506 3.218	3.323 4.141	11.374 44.496	6.670 41.050
=	21.760	42.943	240.635	231.686
Circulante Não circulante	14.774 6.986	41.984 959	138.223 102.412	210.618 21.068

16. Provisões e distratos a pagar

Descrição	Controladora	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
Distratos a pagar (a)	2.646	2.448	3.789	10.008	
Provisão para distratos (b)	740	1.387	1.128	2.786	
Total	3.386	3.835	4.917	12.794	

⁽a) Refere-se à negociação realizada com clientes para devolução de valores antecipados de acordo com cláusulas contratuais especificas com prazo médio de cinco meses para pagamento:

⁽b) Refere-se à estimativa de devolução de valores antecipados pelos clientes com base na expectativa de distratos a serem realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisões e distratos a pagar--Continuação

Abaixo apresentamos as movimentações das contas:

	Controladora/Consolidado				
Descrição	Distratos a Pagar	Provisão para distratos	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.218	8.767	26.985		
Adições (Baixas)	(8.210)	(5.981)	(14.191)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.008	2.786	12.794		
Adições (Baixas)	(6.219)	(1.658)	(7.877)		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.789	1.128	4.917		

17. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é como segue:

	Controladora		Consolida	Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e das participações estatutárias	30.320	(141.644)	36.219	(136.058)	
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(10.309)	48.159	(12.313)	46.260	
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	(7.473)	(5.063)	`13.27Ó	(11.367)	
Encargos sobre obrigações com investidores	(328)	` 44Ó	(328)	` (92)	
Prejuízos fiscais (base negativa utilizada)	•	-		(2.032)	
Plano de opções de ações	(727)	(285)	(727)	(285)	
Outras diferenças permanentes	(14.961)	(3.590)	(14.978)	(3.607)	
Direitos fiscais não reconhecidos	7.688	(17.747)	6.911	(17.747)	
Resultado com equivalência	25.303	(10.964)	595	(6.508)	
Efeitos de ativos destinados a venda	807	(10.950)	1.048	(10.950)	
_	-	-	(6.522)	(6.328)	
Despesas (Receitas) de imposto corrente	-	-	(9.835)	(8.027)	
Despesas (Receitas) de imposto diferido	-	-	3.313	1.699	

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora	a	Consolidado	
Descrição	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Prejuízos fiscais e bases negativas	234.056	218.611	235.706	218.611
Diferenças temporárias – CPC	2.587	6.851	4.659	6.891
Diferenças temporárias - PIS e COFINS diferido	2.003	3.113	5.349	4.777
Provisões para demandas judiciais	12.672	23.709	18.942	23.709
Provisões para perdas sobre contas a receber	14.773	9.937	18.788	10.898
Provisão sobre realização de ativos não financeiros	9.507	9.815	9.927	10.155
Demais provisões	3.838	22.085	7.861	23.123
Direitos fiscais não reconhecidos	(267.578)	(275.265)	(268.354)	(275.265)
Subtotal	11.858	18.856	32.878	22.899
Passivo				
IR e CS Diferidos (Patrimonio de afetação)	-	-	(880)	_
Tributação de receita entre regime de caixa e competência	(11.858)	(18.856)	(37.043)	(30.830)
Subtotal	(11.858)	(18.856)	(37.923)	(30.830)
Total	-	-	(5.045)	(7.931)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A Companhia tem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

			Controladora					
		2015			2014			
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total		
Saldo do prejuízo fiscal e base negativa Crédito fiscal (25%/9%) Crédito fiscal reconhecido	688.400 172.100	688.400 61.956	234.056	642.973 160.743	642.973 57.868	218.611		
Crédito fiscal não reconhecido sobre prejuízos fiscais	172.100	61.956	234.056	160.743	57.868	218.611		
			Consol	idado				
		2015			2014			
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total		
Saldo do prejuízo fiscal e base negativa Crédito fiscal (25%/9%)	693.252 173.313	693.252 62.393	235.706	642.973 160.743	642.973 57.868	218.611		
Crédito fiscal reconhecido Crédito fiscal não reconhecido sobre prejuízos fiscais	173.313	62.393	235.706	160.743	57.868	218.611		

18. Provisões para demandas judiciais e compromissos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as movimentações na provisão para demandas judiciais estão sumarizadas a seguir:

		Controladora					
	Processos cíveis	Processos Trabalhistas	Processos Tributarios	Processos Ambientais	Processos Administrativos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.610	31.708	10	-	-	58.328	
Adições (Nota 24)	25.384	22.632	348	2.341	473	51.178	
Baixas	(18.971)	(18.468)	(162)	(2.146)	(25)	(39.772)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	33.023	35.872	196	195	448	69.734	
Adições (Nota 24)	20.880	8.664	-	-	29	29.573	
Transferências (Nota 24) (a)	(11.690)	(9.073)	-	-	(13)	(20.776)	
Baixas	(22.986)	(17.966)	(16)	-	(292)	(41.260)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	19.227	17.497	180	195	172	37.271	

(a) Ao longo do 2º trimestre a companhia realizou a alocação das contingências as suas SPE's, visando aprimoramento dos controles interno.

	Consolidado					
	Processos cíveis	Processos Trabalhistas	Processos Tributarios	Processos Ambientais	Processos Administrativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.610	31.708	10	-	-	58.328
Adições (Nota 24)	25.384	22.632	348	2.341	473	51.178
Baixas	(18.971)	(18.468)	(162)	(2.146)	(25)	(39.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	33.023	35.872	196	195	448	69.734
Adições (Nota 24)	19.589	7.655	-	-	12	27.256
Baixas	(22.993)	(17.973)	(16)	-	(292)	(41.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.619	25.554	180	195	168	55.716

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões para demandas judiciais e compromissos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham depositado em juízo o montante de R\$17.378 na contraladora e R\$17.402 no consolidado (R\$29.100 em 31 de dezembro de 2014 na controladora e no consolidado).

Processos cíveis, tributários e previdenciários, trabalhistas, ambientais e administrativos

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão da Companhia para questões relativas as suas obrigações judiciais de natureza cível incluem R\$29.619 (R\$33.023 em 2014) referentes a 2.469 processos, nos quais, em grande parte, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo de ações decorrentes da relação de consumo com clientes.

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão da Companhia para questões relativas as suas obrigações judiciais de natureza trabalhista incluem R\$25.554 (R\$35.872 em 2014) referentes a 612 processos, nos quais, em grande parte, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo de ações que foram propostos por empregados de empresas terceirizadas. Por outro lado, a principal contingência envolve demandas ajuizadas por ex-funcionários próprios.

A Companhia é parte em alguns processos relativos as suas obrigações de natureza tributárias e previdenciárias envolvendo um valor total de provisão, em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 180 (R\$ 196 em 2014) referentes a 8 casos. A Companhia também é parte em demandas administrativas envolvendo uma provisão total de R\$168, em 31 de dezembro de 2015, referentes a 119 casos, bem como de demandas ambientais envolvendo uma provisão de R\$ 195 em 2015, referente a 3 casos.

Risco ambiental

Há uma diversidade de legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Estas leis ambientais podem resultar atrasos para a Companhia na adequação da conformidade e outros custos, e impedir ou restringir empreendimentos. Antes da aquisição de um terreno, a Companhia efetua a análise de todos os assuntos ambientais necessários e aplicáveis, incluindo a possível existência de materiais perigosos ou tóxicos, substância residual, árvores, vegetação e a proximidade de um terreno para áreas de preservação permanente. Assim, antes da aquisição de um terreno, a Companhia obtém todas as aprovações governamentais, incluindo licenças ambientais e autorização de construção.

Adicionalmente, a legislação ambiental estabelece sanções criminais, cíveis e administrativas para indivíduos e entidades legais para atividades consideradas como infrações ou delitos ambientais. As penalidades incluem suspensão das atividades de desenvolvimento, perdas de benefícios fiscais, reclusão e multa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões para demandas judiciais e compromissos--Continuação

Demandas judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia tem conhecimento em 31 de dezembro de 2015, de outros processos e riscos cíveis, trabalhistas e tributários. Para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demandas judiciais, a Companhia revisou o critério de mensuração das demandas possíveis, conforme razão do histórico dos processos prováveis e análise específica das causas principais. Com base neste critério, a probabilidade de perda estimada como possível foi de R\$497.620 (R\$247.277 em 31 de dezembro de 2014), para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas. A variação no período deve-se ao maior volume de processos com valores pulverizados e demanda fiscal que á alvo de defesa administrativa.

	Controladora/Consolidado			
=	2015	2014		
Processos cíveis	230.103	194.281		
Processos tributários	228.619	15.533		
Processos trabalhistas	35.294	24.032		
Processos ambientais	3.604	1.747		
Processos administrativos	-	11.684		
_	497.620	247 277		

Obrigações relacionadas com a conclusão dos empreendimentos imobiliários

A Companhia e suas controladas comprometem-se a entregar unidades imobiliárias por construir em troca de terrenos adquiridos e para garantia de liberação de financiamentos, assim como garante parcelas de financiamento de clientes ao longo da construção.

A Companhia também assume o compromisso de concluir as unidades vendidas, assim como atender às leis que regem o setor da construção civil, incluindo a obtenção de licenças das autoridades competentes e prazos para início de entrega dos empreendimentos sujeita a penalidades legais e contratuais.

Conforme descrito na Nota 4.2, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras restritas que serão liberados à medida que atingir os índices de garantia descritos na mesma nota, que inclui recebíveis dados em garantia para a formação dos 120% do saldo devedor da dívida.

Compromissos

Além dos compromissos mencionados nas Notas 6, 12 e 13, a Companhia possui o seguintes compromisso:

- (i) A Companhia possui contratos de aluguel para 27 imóveis onde se situam suas instalações, sendo o custo mensal de R\$432 reajustado pela variação de IGP-M/ FGV. O prazo de locação é de um a cinco anos e há multa no caso de rescisão correspondente ao valor de três meses de aluguel ou proporcional ao tempo de término de contrato.
- (ii) A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, por meio de suas controladas possui obrigações de longo prazo no montante de R\$6.778 (R\$1.835 em 2014), relacionados com o fornecimento de matéria-prima utilizada no desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado e integralizado da Companhia era de R\$1.194.000, representado por 633.037.801 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

19.2 Destinação do resultado do exercício

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá as seguintes destinações: (a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º, do art. 193, da Lei nº 6.404/76. Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra "a" deste Artigo e ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve absorção do prejuízo pelas reserva de lucros, reserva legal e reserva de capital, está demonstrada a seguir:

Prejuízo líquido do exercício de 2014 (-) Reserva de capital	(232.570)
Saldo de prejuízos acumulados de 2014	(232.570)
Lucro líquido do exercício de 2015 (-) Reserva de capital	30.320
Saldo de prejuízos acumulados de 2015	(202.250)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.3 Programa de opção de compra de ações

A Companhia possui um programa de opção de compra de ações ordinárias, lançado em 2014, no qual foi outorgado um total de 42.259.687 opções de compra de ações a empregados e administradores da controlada, com datas de exercício entre 31 de março de 2017 e 31 de março de 2020.

As opções outorgadas conferem aos seus titulares (empregados) o direito de subscrever ações ordinárias no capital social da Companhia, após períodos que variam entre três e dez anos de permanência no quadro de empregados da Companhia (condição essencial para o exercício da opção), e expiram após o período de dez anos da data da outorga.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controladora Tenda não outorgou opções em conexão com seus planos de opção de compra de ações ordinárias.

O valor justo das opções outorgadas em 2014 totalizou R\$9.346, o qual foi determinado com base nas seguintes premissas:

	2014
Modelo de precificação	Black-Scholes
Preço de exercício das opções (R\$)	0,77
Média ponderada do preço das opções (R\$)	R\$0,76
Volatilidade esperada (%) - (*)	31,02%
Prazo de vida esperado das opções (anos)	4,05 anos
Taya de juros livre de risco (%) (**)	11 81%

 $({}^\star) \text{ A volatilidade foi determinada com base nas observações histórica do Índice BM\&FBOVESPA Imobiliário (IMOBX)}.$

O total de despesas registradas no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$2.139 (R\$838 em 31 de dezembro de 2014, sendo R\$813 do novo plano de opção emitido em agosto de 2014 e R\$25 do plano de opção 2008 cancelado em junho de 2014).

20. Seguros

A Construtora Tenda S.A. e suas controladas mantêm seguros de risco de engenharia, garantia de permuta, garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 31 de dezembro de 2015:

Modalidade seguro	Cobertura – R\$mil
Riscos de engenharia e garantia de término de obra	742.994
Responsabilidade civil (Directors and Officers – D&O) – (*)	195.240
	938.234

(*) Apólice compartilhada entre Gafisa e Tenda S.A.

21. Lucro (prejuízo) por ação

De acordo com o CPC 41, a Companhia deve apresentar os lucros/prejuízos básico e diluído por ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na media ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

^(**) A taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da concessão, variou entre 11,66% e 11,81%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Lucro (prejuízo) por ação--Continuação

O lucro/prejuízo diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro e prejuízo por ação básico e diluído. Em função do prejuízo do exercício de 2014, as ações com potenciais efeitos de diluição não são consideradas, pois o impacto seria de antidiluição em 31 de dezembro de 2014.

	2015	2014
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) não distribuído	30.320	(141.644)
Lucro (prejuízo) não distribuído, disponível para os titulares das ações ordinárias	30.320	(141.644)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações	633.037	633.037
Lucro (prejuízo) básico por ação em Reais	0,0479	(0,2238)
Numerador diluído		
Lucro (prejuízo) não distribuído	30.320	(141.644)
Lucro (prejuízo) não distribuído, disponível para os titulares das ações ordinárias	30.320	(141.644)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações	633.037	633.037
Opções de ações	25.232	-
	658.269	633.037
Lucro (prejuízo) diluído por ação em Reais	0,0461	(0,2238)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros com o objetivo de proteção a volatilidade de índices de preços e juros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita a partir de uma análise periódica da exposição aos riscos que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) que é submetido aos orgãos da Administração competentes para aprovação e posterior operacionalização da estratégia apresentada. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

(a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

ii) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 12 e 13. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4.2. Sobre o saldo de contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota 5, incide juros de 12% ao ano, apropriado "pro rata temporis"

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e controladas.

A maioria dos financiamentos da Companhia são realizados com a Caixa Econômica Federal por meio do crédito associativo, programa Minha Casa, Minha Vida e repasses ao final da obra.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

(a) Considerações sobre riscos--Continuação

iv) Risco de liquidez--Cotinuação

Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos, fornecedores e debêntures são conforme segue:

			Controladora		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	3.978	5.682	1.322	-	10.982
Debêntures (Nota 13)	201.877	-	-	-	201.877
Fornecedores	4.257	-	-	-	4.257
	210.112	5.682	1.322	•	217.116
			Controladora		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	8.457	18.447	4.798	-	31.702
Debêntures (Nota 13)	189.617	200.000	-	-	389.617
Fornecedores	14.490	-	-	-	14.490
	212.564	218.447	4.798	-	435.809
			Consolidado		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	8.899	28.499	9.055	-	46.453
Debêntures (Nota 13)	201.877	-	-	-	201.877
Fornecedores	13.669	-	-	-	13.669
	224.445	28.499	9.055		261.999
			Consolidado		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	19.207	24.379	5.347	-	48.933
Debêntures (Nota 13)	189.617	200.000	-	-	389.617
Fornecedores	23.461	-	-	-	23.461
	232.285	224.379	5.347	=	462.011

v) Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos:

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Segue o Nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Co	ntroladora		Co	onsolidado	
		H	lierarquia de va	alor justo		
Em 31 de dezembro de 2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)	-	160.769	-	-	212.621	-
	Co	ontroladora		Co	onsolidado	
-		H	lierarquia de va	alor justo		
Em 31 de dezembro de 2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)	_	305 664	_		432 957	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

- (a) Considerações sobre riscos--Continuação
 - v) Hierarquia de valor justo--Continuação

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

i) Cálculo do valor justo

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável:

- (i) Os valores caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber e demais recebíveis e fornecedores e demais passivo circulante se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- (ii) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas anualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

- (b) Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação
 - i) Cálculo do valor justo--Continuação

Os valores caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu valor justo.

Os valores contábeis e justos dos ativos e passivos e financeiros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados a seguir:

Controladora			
2015	i	2014	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
6.248	6.248	47.278	47.278
160.769	160.769	305.664	305.664
119.184	119.184	152.659	152.659
25.150	25.150	19.452	19.452
10.982	9.896	31.702	29.467
201.877	195.149	389.617	376.967
4.257	4.257	14.490	14.490
	Conso	lidado	
2015	5	2014	1
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
21.653	21.653	61.615	61.615
212.621	212.621	432.957	432.957
438.226	438.226	314.453	314.453
41.189	41.189	26 100	26.100
		20.100	2000
		20.100	2000
46.453	39.364	48.933	46.088
	Valor contábil 6.248 160.769 119.184 25.150 10.982 201.877 4.257 Valor contábil 21.653 212.621 438.226	Valor contábil Valor justo	Valor contábil Valor justo Valor contábil

ii) Risco de aceleração de dívida

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía contratos de empréstimos em vigor, com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringem a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

iii) Risco de mercado

A Companhia dedica-se à incorporação, construção e venda de empreendimentos imobiliários. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves e regulamentos ambientais e de zoneamento, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, por meio da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores;
- Impedimento no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou condições de mercado, de corrigir monetariamente os recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeira ou economicamente;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

- (b) Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação
 - iii) Risco de mercado--Continuação
 - O grau de interesse dos compradores em novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade necessário para vender todas as unidades pode ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado;
 - Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande companhia do setor imobiliário, o setor com um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras companhias que atuam no setor;
 - Condições do mercado imobiliário local e regional, tais como excesso de oferta, escassez de terrenos em certas regiões ou aumento significativo do custo de aquisição de terrenos;
 - Risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das propriedades da Companhia, bem como à sua localização;
 - As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmio de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas;
 - As oportunidades de incorporação podem diminuir;
 - A construção e venda de unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando o aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda;
 - Inadimplemento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo. A
 Companhia tem o direito de promover ação de cobrança, tendo por objetivo os
 valores devidos e/ou a retomada da unidade do comprador inadimplente, não
 podendo assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou, uma
 vez retomado o imóvel, a sua venda em condições satisfatórias;
 - Eventual mudança nas políticas do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pode reduzir a oferta de financiamentos aos clientes; e,
 - A queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque, antes da incorporação do empreendimento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

(c) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras caucionadas):

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Debêntures (Nota 13)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos mobiliários (Nota 4.1 e 4.2)
Dívida líquida
Patrimônio líquido

Controla	uoia	Consono	auo
2015	2014	2015	2014
10.982	31.702	46.453	48.933
201.877	389.617	201.877	389.617
(167.017)	(352.942)	(234.274)	(494.572)
45.842	68.377	14.056	(56.022)
1.090.936	1.058.477	1.126.814	1.082.346
1.136.778	1.126.854	1.140.870	1.026.324

Consolidado

Controlodoro

(d) Análise de sensibilidade

Patrimônio líquido e dívida líquida

Segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o período de um ano, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- a) Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures indexados ao CDI;
- b) Empréstimos e financiamentos e debêntures indexados à Taxa Referencial (TR);
- c) Contas a receber, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil (INCC).

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, a Companhia considerou Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a 14,14%, Taxa Referencial (TR) a 2,73% e Índice Nacional de Construção Civil (INCC) a 7,48%.

Os cenários considerados foram:

Cenário I: apreciação 50% das variáveis utilizadas para precificação;

Cenário II: apreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação;

Cenário III: apreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Cenário IV: depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Cenário V: depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Cenário VI: depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

(d) Análise de sensibilidade--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015:

		Cenário						
		I	II	III	IV	٧	VI	
Operação	Risco	Alta 50%	Alta 25%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 25%	Queda 50%	
Títulos e valores mobiliários	Alta/queda do CDI	9.513	4.756	1.903	(1.903)	(4.756)	(9.513)	
Efeito líquido da variação do CDI		9.513	4.756	1.903	(1.903)	(4.756)	(9.513)	
Empréstimos e financiamentos Debêntures	Alta/queda do TR Alta/queda do TR	(618) (2.686)	(309) (1.343)	(124) (537)	124 537	309 1.343	618 2.686	
Efeito líquido da variação do TR		(3.304)	(1.652)	(661)	661	1.652	3.304	
Contas a receber de incorporação e serviços prestados Imóveis a comercializar	Alta/queda do INCC Alta/queda do INCC	16.682 20.599	8.341 10.300	3.336 4.120	(3.336) (4.120)	(8.341) (10.300)	(16.682) (20.599)	
Efeito líquido da variação do INCC		37.281	18.641	7.456	(7.456)	(18.641)	(37.281)	

Em 31 de dezembro de 2014:

		Cenário					
			II	III	IV	٧	VI
Operação	Risco	Alta 50%	Alta 25%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 25%	Queda 50%
Títulos e valores mobiliários	Alta/queda do CDI	19.482	9.741	3.896	(3.896)	(9.741)	(19.482)
Efeito líquido da variação do CDI		19.482	9.741	3.896	(3.896)	(9.741)	(19.482)
Empréstimos e financiamentos Debêntures	Alta/queda do TR Alta/queda do TR	(307) (2.445)	(154) (1.222)	(61) (489)	61 489	154 1.222	307 2.445
Efeito líquido da variação do TR		(2.752)	(1.376)	(550)	550	1.376	2.752
Contas a receber de incorporação e serviços prestados Imóveis a comercializar	Alta/queda do INCC Alta/queda do INCC	11.065 21.305	5.533 10.652	2.213 4.261	(2.213) (4.261)	(5.533) (10.652)	(11.065) (21.305)
Efeito líquido da variação do INCC		32.370	16.185	6.474	(6.474)	(16.185)	(32.370)

23. Receita operacional líquida

Receita operacional bruta Incorporação e venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção (Constituição) reversão de provisão para devedores duvidosos e distratos (Nota 5) Impostos sobre vendas de imóveis e serviços Receita operacional líquida

Controla	adora	Consolidado			
2015	2014	2015	2014		
203.761	316.844	907.362	551.790		
9.246	28.394	16.112	68.055		
(19.426)	(31.251)	(72.512)	(49.707)		
193.581	313.987	850.962	570.138		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas por natureza

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo de incorporação e venda de imóveis:				
Custo de construção	(84.796)	(131.959)	(409.243)	(265.740)
Custo de terrenos	(16.238)	(12.237)	(84.516)	(42.108)
Custo de incorporação	(18.717)	(27.602)	(55.649)	(47.753)
Encargos financeiros capitalizados (Nota 12)	(5.115)	(11.981)	(14.784)	(27.198)
Manutenção/garantia	(2.799)	(6.586)	(10.847)	(6.586)
Custo de imóveis no reconhecimento da provisão para distratos (Nota 5)	(16.985)	(26.938)	(30.545)	(54.863)
	(144.650)	(217.303)	(605.584)	(444.248)
Despesas comerciais:				
Despesas com marketing de produto	(14.032)	(18.645)	(34.431)	(22.719)
Despesas com corretagem e comissão de vendas	(14.378)	(23.263)	(35.282)	(28.346)
Custo de vendas	(236)	(1.984)	(580)	(2.418)
Custo de repasse	(8.645)	(11.643)	(21.213)	(14.187)
Custo de registro	(2.334)	(2.773)	(5.727)	(3.379)
Corretagem	(3.163)	(6.863)	(7.762)	(8.363)
Despesas com Customer Relationship Management (CRM)	(455)	(4.421)	(1.116)	(5.387)
Outras	2.249	2.851	5.518	3.474
	(26.616)	(43.478)	(65.311)	(52.978)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com salários e encargos	(16.385)	(24.947)	(36.663)	(36.259)
Despesas com benefícios a empregados	(1.487)	(2.178)	(3.328)	(3.166)
Despesas com viagens e utilidades	(541)	(856)	(1.210)	(1.244)
Despesas com serviços prestados	(6.358)	(9.327)	(14.226)	(13.557)
Despesas com aluguéis e condomínios	(1.968)	(3.734)	(4.403)	(5.427)
Despesas com informática	(4.317)	(6.853)	(9.659)	(9.961)
Despesas com plano de opções de ações (Nota 19.3)	(2.139)	(838)	(2.139)	(838)
Despesas com provisão de participação no lucro (Nota 26.2)	(9.964)	(15.701)	(11.502)	(16.000)
Transferências com provisão de participação no lucro (Nota 26.2)	9.173	-	-	-
Outras	(615)	(521)	(841)	(621)
	(34.601)	(64.955)	(83.971)	(87.073)
Outras receitas/(despesas), líquidas:				
Despesas com demandas judiciais (Nota 18)	(29.573)	(51.178)	(27.256)	(51.178)
Transferencias com demandas judiciais (Nota 18)	20.776	-	-	-
Outras	(34.883)	(8.912)	(25.311)	(11.058)
	(43.680)	(60.090)	(52.567)	(62.236)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	27.941	41.462	33.398	47.575
Receita financeira sobre contrato de mútuo (Nota 7.1)	15.457	3.498	7.337	3.498
Outras receitas financeiras	3.982	4.812	6.090	7.600
	47.380	49.772	46.825	58.673
Despesas financeiras				
Juros sobre captações, líquido de capitalização (Nota 12)	(26.991)	(38.113)	(26.991)	(38.113)
Despesas bancárias	(852)	(752)	(2.563)	(1.302)
Transferência de despesas financeiras	1.595	-	-	-
Resultado na venda de ativos financeiros destinados à venda	-	(32.207)	-	(32.207)
Outras despesas financeiras	(1.549)	(6.846)	(11.497)	(11.926)
	(27.797)	(77.918)	(41.051)	(83.548)
Resultado financeiro	19.583	(28.146)	5.774	(24.875)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com a Administração e empregados

26.1 Remuneração da Administração

Os montantes registrados na rubrica "Despesas gerais e administrativas" referentes à remuneração fixa dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Remuneração da	Administração			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	exercício findo em 31 de dezembro de 2015 Conselho de Administração Executiva		Total	Conselho Fiscal	
Número de membros	10	10.33	20.33	3	
Remuneração Fixa do exercício (em R\$)	336	5.662	5.998	57	
Salário/pró-labore	336	4.959	5.295	57	
Benefícios diretos e indiretos	-	703	703	-	
Valor mensal da remuneração (em R\$)	28	472	500	5	
Total da remuneração	336	5.662	5.998	57	
Participação nos lucros e resultado	-	6.178	6.178	-	

	Remuneração da	Administração			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	xercício findo em 31 de dezembro de 2014 Conselho de Administração Executiva		Total	Conselho Fiscal	
Número de membros	10	10	20	3	
Remuneração Fixa do exercício (em R\$)	126	4.680	4.806	55	
Salário/pró-labore	126	4.116	4.242	55	
Benefícios diretos e indiretos	-	564	564	-	
Valor mensal da remuneração (em R\$)	11	390	401	5	
Total da remuneração	126	4.680	4.806	55	
Participação nos lucros e resultado	-	4.704	4.704	-	

A remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de janeiro a dezembro de 2015, foi fixada no limite de até R\$14.696, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de abril de 2015.

Na mesma ocasião, foi aprovado o limite de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para seu próximo mandato que se encerra na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016, fixado no limite de até R\$149.

26.2 Participação nos lucros e resultado

A Companhia mantém um programa de remuneração variável que proporciona aos seus empregados e administradores, e aos de suas subsidiárias, o direito de participar nos lucros e resultados da Companhia.

Este programa está vinculado ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos, acordados e aprovados pelo Conselho de Administração no início de cada ano.

	Consolidado		
	2015	2014	
Diretoria Executiva	6.178	4.704	
Demais colaboradores	10.988	11.296	
Reversão na controladora	(5.664)	-	
	11.502	16 000	

Em 31 de março de 2015, a Companhia registrou uma reversão de R\$5.664,correspondente a despesa para participação nos lucros e resultados provisionada em 2014 e registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 uma despesa para participação nos lucros e resultados no montante de R\$15.628 na controladora e R\$17.166 no consolidado (R\$15.701 na controladora e R\$16.000 no consolidado em 31 de dezembro de 2014) na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" (Nota 24). Deste montante, R\$6.178 refere-se à despesa para participação nos lucros e resultados para a diretoria estatutária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.704 em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Informações por segmento

A Administração da Companhia analisa os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento.

Como consequência, devido ao fato da Administração não utilizar qualquer sistema de informação diferente das informações trimestrais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido no CPC 22.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade imobiliária residencial com foco no segmento econômico, a Companhia não possui individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

28. Empreendimentos em construção – informações e compromissos

Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados e os adiantamentos recebidos na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes". A Companhia apresenta informações acerca dos empreendimentos em construção, em 31 de dezembro de 2015:

	Consolidado
	2015
Receita de vendas a apropriar de imóveis vendidos	275.343
Custo orçado a apropriar de imóveis vendidos	(149.975)
(i)Receita de vendas a apropriar de imóveis vendidos	
Empreendimentos em construção	
Receita de vendas contratadas	617.969
Receita de vendas apropriadas	(342.626)
Receita de vendas a apropriar (a)	275.343
(ii) Custo orçados a apropriar de imóveis vendidos	
Empreendimentos em construção:	
Custo orçado das unidades	(354.347)
Custo incorrido das unidades	`204.372
Custo orçado a apropriar (b)	(149.975)
(iii) Custo orçados a apropriar de imóveis em estoques	
Empreendimentos em construção:	
Custo orcado das unidades (c)	(621.947)
Custo incorrido das unidades (d)	217.611
Custo orçado a apropriar (b)	(404.336)

As receitas de imóveis vendidos a apropriar estão mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações contratuais e a)

Em 31 de dezembro de 2015, o percentual dos ativos consolidados nas demonstrações financeiras referentes a empreendimentos inseridos em estrutura de segregação patrimonial, era de 53.73%

As receitas de innoveis vendiolos a apropriar estad mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações contratuais e deduzidos de distratos, figuida de impostos incidentes e ajuste a valor presente e não contemplam os emprenedimentos que estão sob restrição por cláusula suspensiva (período legal de 180 dias que a Companhia pode cancelar uma incorporação) e portanto não apropriada ao resultado. Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis e a comercializar e o resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente as unidades imobiliarias vendidas a medida que são incorridas, e também provisão para garantia, a qual é apropriada as unidades imobiliarias a medida de evolução de obra.

O montante de R\$ 167.895 refere-se ao custo orçado das unidades de empreendimentos cancelados ainda não distratadas junto aos respectivos clientes.

O montante de R\$ 58.899 refere-se ao custo incorrido das unidades de empreendimentos cancelados ainda não distratadas junto aos respectivos clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

(i) Divulgação de Fato Relevante sobre o processo de separação entre Gafisa e Tenda

Em 16 de agosto de 2016, a Companhia, juntamente com sua controladora Gafisa, divulgou fato relevante ao mercado atualizando o processo de separação entre as duas empresas, previamente divulgado em 29 de abril de 2015, informando que as companhias seguem trabalhando na análise de alternativas estratégicas para a unidade de negócios da Companhia, visando à maximização de valor para o acionista da Gafisa, que podem envolver uma oferta de valores mobiliários e/ou venda de participação societária, além da própria separação através de uma operação de reorganização societária.

Em 26 de setembro de 2016, a Companhia, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., divulgou fato relevante ao mercado atualizando o processo de separação entre as duas empresas, informado que foram realizados contatos com Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), Bank of America Merrill Lynch – Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos") e Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), instituições financeiras cuja contratação foi autorizada pelo conselho de administração da Gafisa S.A., acerca da oportunidade de realização de um oferta pública de ações de emissão da Companhia. Sem prejuízo disto, foi informado que seria prematura qualquer consideração sobre estrutura, volume ou prazo dessa eventual oferta naquele momento.

(ii) Primeira emissão de debêntures

Os seguintes pagamentos foram efetuados em períodos subsequentes:

Data do pagamento	Valor Nominal Emissão	Remuneração devida	Total da amortização
01/04/2016	30.000	7.151	37.151
01/07/2016	70.000	4.551	74.551
03/10/2016	30,000	2 836	32 836

Em 10 de outubro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, a prorrogação do vencimento da décima segunda parcela do valor nominal no montante R\$70.000 para o dia 11 de novembro de 2016, nova data de vencimento da emissão, e nesta data, será paga a remuneração devida referente ao período de capitalização iniciado em 11 de outubro de 2016, e encerrado em 11 de novembro de 2016 (passando esta a ser a décima nona parcela da remuneração), mantendo a obrigatoriedade do pagamento integral da décima oitava parcela de remuneração devida até 11 de outubro de 2016, nos termos da Escritura de Emissão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes—Continuação

(iii) Assembléia Geral Ordinária

Em 27 de abril de 2016, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária da Companhia, sendo as principais deliberações: (i) tomadas as contas dos administradores, examinadas, discutidas e votadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) deliberado sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e sobre a distribuição de dividendos; (iii) fixado o número de membros que deverá compor o Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em razão do término do mandato; (v) fixação do valor da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2016; (vi) instalação e fixação do número de membros que deverá compor o Conselho Fiscal da Companhia; (vii) eleição dos membros do Conselho Fiscal, em razão do término de mandato; (viii) fixação do valor da remuneração global a ser paga aos membros do Conselho Fiscal da Companhia no exercício de 2016.